

ANÁLISE COMPARATIVA DO ACESSO À INFORMAÇÃO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES NA INTERNET E NAS REDES SOCIAIS ENTRE 2013 E 2023

COMPARATIVE ANALYSIS OF INFORMATION ACCESS BOTH ON INTERNET AND ON SOCIAL NETWORKS BY THE PORTUGUESE MUNICIPAL ARCHIVES, BETWEEN 2013 AND 2023

Ana Margarida Dias da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a6>

Resumo: A mediação da informação em arquivos tem sofrido uma importante mudança de foco, associada à rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com particular destaque para o desenvolvimento da Web 2.0. Com o objetivo de analisar comparativamente o acesso à informação dos arquivos municipais portugueses na Internet e nas redes sociais na última década, parte-se da recolha feita por Silva em 2013, com atualização de dados recolhidos entre 1 e 31 de janeiro de 2023. Conclui-se que, atualmente, 54,87% dos 308 arquivos municipais portugueses têm presença na World Wide Web (WWW), mas menos de 6% nas redes sociais. Em 2023, Portugal ainda não dispõe de orientações da tutela sobre a comunicabilidade dos arquivos nas redes sociais e se os estudos realizados na última década, assim como a análise comparativa, evidenciam um aumento gradual dos arquivos municipais portugueses na WWW, a presença nas redes sociais continua tímida¹.

Palavras-chave: Arquivos 2.0; Facebook; Mediação da informação; Web 2.0.

Abstract: Information mediation in archives has undergone an important change of focus, associated with the rapid evolution of Information and Communication Technologies (ICT), with particular emphasis on the development of Web 2.0. With the aim of comparatively analysing access to information on the Internet and social networks over the last decade by the Portuguese municipal archives, the data collected by Silva in 2013 is taken as a starting point, with updated data collected between January, 1st to 31st 2023. It concludes that 54.87 % of Portugal's 308 municipal archives currently have a presence on the World Wide Web (WWW), but under 6% on social networks. In 2023, Portugal still has no guidelines on the communicability of archives on social networks and while the studies carried out over the last decade, as well as the comparative analysis, show a gradual increase in Portuguese municipal archives on the WWW, their presence on social networks remains timid.

Keywords: Archives 2.0; Facebook; Information mediation; Web 2.0.

Introdução

Se a humanidade tem vivido sempre com base em “procesos informativos aunque no por cierto con la forma mediática actual de la información digital” (CAPURRO, 2014:112), a eletrónica, a mais recente tecnologia de manipulação de registos, trouxe consigo uma das maiores revoluções da história, cujas enormes consequências ainda estão por compreender na totalidade (GEJMAN, 2009:389).

¹ Este texto resulta, com atualizações, da comunicação por convite realizada no encontro “Arquivos da Administração Local. Património, Acesso e Investigação”, realizado na Fundação Mário Soares e Maria Barroso (Lisboa), nos dias 6 e 7 de julho de 2022.

A sociedade conheceu impressionante progresso com a “Máquina de Turing”, o primeiro “computador”² criado por Alan Turing, em 1936. Este matemático inglês concebeu um dispositivo teórico para representar conceitos com apenas um dos símbolos “0” ou “1”, funcionando numa sucessão de passos definidos no controlo, e a cuja única tarefa a máquina estava dedicada.

Com a evolução dos avanços tecnológicos, da invenção e comercialização dos computadores, a memória eletrónica surgia como ilimitada, quando comparada à memória humana, que, embora milenarmente auxiliada pela existência de arquivos, bibliotecas e dicionários, ganhava no computador um aliado que congregaria “toda a memória do mundo” (MORIN, 1977:215).

A criação da *World Wide Web*, o advento da Sociedade da Informação³ e o desenvolvimento das ferramentas colaborativas, naquilo que se designa por Web 2.0, revolucionaram a forma de relacionamento entre utilizadores e produtores com a informação. “A construção colaborativa do conhecimento faz uso da inteligência coletiva, onde todos são, simultaneamente, consumidores e produtores de informação” (SILVA, 2014a:73). Necessariamente, assiste-se a uma importante mudança de foco na mediação da informação feita pelos arquivos.

Na mediação da informação pós-custodial (um paradigma contextual, informacional, dinâmico, sistémico e científico), com o advento das TIC e das redes sociais, potenciou-se uma nova dinâmica na forma como a informação é comunicada e difundida. Uma das consequências práticas é o aumento da disponibilização de arquivos, de documentos e de informação em formato digital, levando a que a informação, que antes estava apenas disponível a um grupo restrito de investigadores, passe agora a estar acessível a um grupo mais vasto, a que se juntam estratégias de promoção da participação, através de um conjunto de ferramentas e plataformas colaborativas, que permitem maior interação e novas oportunidades de promoção institucional.

Os arquivos municipais, na qualidade de serviços das câmaras municipais, têm como principais funções a gestão da documentação/informação produzida e recebida no âmbito das atividades das edilidades, a conservação e preservação de documentação/informação de conservação permanente do organismo por que são tutelados, a incorporação e a salvaguarda de arquivos extintos de proveniência diversa, e a promoção da acessibilidade, comunicação e difusão dessa documentação/informação. Ao mesmo tempo, os arquivos municipais devem assentar na prossecução de uma administração aberta e inclusiva, garante dos direitos e de resposta às solicitações dos serviços municipais e dos seus cidadãos (MARIZ, 1992; RIBEIRO, 1998; PEIXOTO, 2000; SILVA, 2013).

² Este só foi criado em 1943 (MORIN, 1996:40).

³ Um conceito tão poderoso que dá nome à sociedade atual: a “Sociedade da Informação”, termo cuja origem é atribuída a “Machlup (1962), no livro *The Production and distribution of knowledge in the United States*, e Parker (1973), no *Information and society*, ou a autores japoneses, como Hayashi (1969) na obra *The Information Society: from hard to soft*, e Masuda (1968), no *Introdução à Sociedade da Informação*, ganhando destaque nas décadas posteriores.” (MONTEIRO e ALMEIDA JÚNIOR, 2021:295). Surgem também outras designações como: *Era da Informação*, *Revolução da Informação*, *Sociedade em Rede*, *Sociedade Digital*, *Sociedade Bit*, *Sociedade do Conhecimento*.

Em 2013, a dissertação de mestrado *O Uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses* teve como objetivo responder à pergunta: a Internet e a Web 2.0 são usadas pelos arquivos municipais portugueses para promover o acesso e a difusão da informação arquivística? (SILVA, 2013). Os resultados evidenciaram uma fraca presença dos arquivos municipais na WWW (37,66%) (SILVA, 2013:24) e o mesmo foi sendo constatado por outros autores ao longo da última década, com valores pouco acima dos 40% (PENTEADO e HENRIQUES, 2008:17; FREITAS e MARINHO, 2014:4; FREITAS e BORGES, 2017; FREITAS, BORGES e REVEZ, 2017; SILVA, 2014a; SILVA, BORGES e FREITAS, 2019:3).

Dez anos após o primeiro estudo sobre a presença dos arquivos municipais na WWW e a mediação da informação na Web 2.0, procura-se uma atualização dos dados, e a compreensão da sua evolução através de uma análise comparativa, para verificar de que forma os arquivos municipais têm aproveitado e apostado nas vantagens que o ambiente digital e as redes sociais têm para divulgação de conteúdos, alinhando-se com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Metodologia

Este é um estudo de análise comparativa relativamente à presença dos arquivos municipais portugueses na WWW e da utilização das redes sociais e da Web 2.0 na difusão e comunicação da informação entre 2013 e 2023. Foram utilizados métodos mistos para poder quantificar e qualificar a análise. A grelha de análise utilizada por Silva (2013) com dados recolhidos entre março e maio de 2013 (SILVA, 2013:19) foi utilizada para a recolha de dados de 2023, no período entre 1 e 31 de janeiro, de forma a permitir uma análise comparativa com os resultados registados e analisados há uma década.

Os arquivos dos municípios das regiões autónomas da Madeira e dos Açores ficaram excluídos da análise por se encontrarem maioritariamente localizados nos arquivos regionais respetivos. Justifica-se esta decisão porque o objetivo do trabalho, quer em 2013, quer agora, é analisar a forma como os arquivos municipais usam a WWW e a Web 2.0 no acesso e difusão da informação que produzem e salvaguardam.

Relativamente à presença dos arquivos municipais portugueses em redes sociais, em 2013 Silva analisou as plataformas do Facebook, do Flickr e do Twitter, a utilização de blogues, e a dinamização de projetos colaborativos. Em 2023, com a quase não utilização de blogues estes são excluídos na análise; no entanto, optou-se por incluir o Instagram, plataforma em forte crescimento de utilização.

No caso da presença na Web 2.0 e redes sociais, ficam excluídos da análise todos os arquivos municipais sem presença autónoma, ou seja, todos os arquivos municipais que não têm perfil ou página de utilizador, embora possam estar presentes, mas incluídos na página da edilidade respetiva, como por exemplo, os arquivos municipais de Sines e de Ponte de Sor, que partilham conteúdos nas páginas de Facebook das edilidades, conjuntamente com outros serviços das câmaras municipais, entre outros.

Análise comparativa: 2013-2023

1. Presença dos arquivos municipais portugueses na World Wide Web: resultados e discussão

A WWW e a Internet são hoje veículo primordial para o acesso, difusão e comunicação da informação e são cada vez mais os arquivos que se encontram digitalizados e *online*, para além de um crescimento do arquivos nado-digítals. A comunicação da informação através da mediação em ambiente digital, permite aos arquivos ganhar visibilidade e melhorar a qualidade do acesso à informação, independentemente do seu suporte e/ou localização física.

Yves Le Coadic afirma que a comunicação é “o processo intermediário que permite a troca de informações entre pessoas” (LE COADIC, 1996:13). De facto, comunicar pressupõe um intercâmbio para a satisfação de uma necessidade, que envolve um emissor e um recetor, ambos conhecedores dos mesmos signos e símbolos que compõem a mensagem a transmitir.

As alterações tecnológicas ocorridas ao longo dos séculos revolucionaram a forma de comunicar dos seres humanos entre si e em sociedade; e a perspetiva histórica demonstra essa correlação entre tecnologia e comunicação (SILVA, 2021:103-111).

De forma breve, a transmissão de mensagens foi e é feita de formas diversificadas, com a comunicação a ser feita, “dos tempos primitivos até hoje, (...) cara a cara, pessoa a pessoa” (TOFFLER, 2000:37), mas com a tradição da oralidade a ser complementada (para não dizer quase esmagada) pela utilização da escrita e do escrito, do visual e do sonoro, registados e como intermediários, que possibilitam uma comunicação no tempo e no espaço, de forma assíncrona e multidireccional.

Em 2013, apenas 116 (37,66%) dos arquivos municipais portugueses tinham presença na WWW, enquanto em 2023 são já mais de metade (54,87%), ou seja, 169 dos arquivos municipais portugueses encontram-se na WWW. Globalmente, isto significa, também, uma maior disponibilização de Instrumentos de Descrição Documental (IDD), objetos digitais e exposições virtuais *online* em números absolutos. Em paralelo, verifica-se uma maior quantidade de projetos colaborativos dinamizados pelos arquivos municipais portugueses (Tabela 1).

Tabela 1 – Acesso e comunicação da informação na WWW

	N.º absolutos	%	N.º absolutos	%
Presença na WWW	116	37,66	169	54,87
IDD em PDF	69	59,48	96	56,8
Plataforma de descrição online	16	13,79	27	15,97
Objetos digitais	11	9,48	27	15,97
Exposições virtuais	17	14,66	25	14
Projetos colaborativos	9	7,75	13	7,69

Fonte: SILVA (2013) e elaboração própria.

Se compararmos a evolução de 2013 para 2023 por distritos de Portugal continental, verificamos que todos aumentaram o número de arquivos municipais com presença na WWW, com destaque para os distritos de Setúbal, com 12 dos 13 arquivos municipais na WWW, e de Viana do Castelo, com 100% dos seus municípios *online* (Tabela 2).

Tabela 2 – Presença dos Arquivos Municipais Portugueses na WWW

Distritos	N.º Municípios	2013		2023	
		WWW	%	WWW	%
Aveiro	19	12	63,16	14	73,68
Beja	14	5	35,71	9	64,28
Braga	14	6	42,86	8	57,14
Bragança	12	5	41,67	6	50
Castelo Branco	11	4	36,36	6	54,54
Coimbra	17	6	35,29	8	47,05
Évora	14	8	57,14	11	78,57
Faro	16	10	62,50	11	68,75
Guarda	14	3	21,43	6	42,85
Leiria	16	6	37,50	8	50
Lisboa	16	9	56,25	12	75
Portalegre	15	5	33,33	6	49
Porto	18	10	55,56	12	66,66
Santarém	21	5	23,80	8	38,09
Setúbal	13	9	69,23	12	92,30
Viana do Castelo	10	9	90	10	100
Vila Real	14	2	14,29	8	51,14
Viseu	24	6	25	8	33,33
TOTAL	278	116	41,72	169	60,79

Fonte: SILVA (2013) e elaboração própria.

2. Presença dos arquivos municipais portugueses nas redes sociais: resultados e discussão

A flexibilidade da Web 2.0, apoiada em plataformas de comunicação e interação gratuitas e intuitivas, sem estrutura imposta, que permitem a edição em grupo, que estimulam a colaboração e a participação personalizada e individual na elaboração de todo o género de projetos e na partilha de informação, contribuiu decisivamente para o seu sucesso.

“As particularidades do ambiente internet, onde se destacam aspectos como a interatividade, a democratização do acesso às informações, a quebra de barreiras geográficas e o desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações, modificaram não apenas a forma de lidar com padrões de representação e organização da informação até então estabelecidos mas, também, o comportamento humano e a forma de comunicação da sociedade contemporânea” (BARROS, 2011:16).

Na verdade, as formas de comunicação atuais passam pela inclusão dos utilizadores no processo infocomunicacional. Essa alteração da relação dos serviços com os utilizadores verifica-se, por exemplo, com a adoção das ferramentas da *Web 2.0* e as *folksonomias*, no convite feito à participação e colaboração de todos em funções tradicionalmente desempenhadas exclusivamente pelos técnicos, nomeadamente, a descrição de conteúdos e a criação de pontos de acesso (SILVA, 2021:110).

Alvin Toffler, no seu livro de 1980, *A Terceira Vaga*, cunhou o termo *prosumidor* (*prosumer*) que mistura os conceitos de “produtor” e de “consumidor”, naquilo que entende ser “um aumento fenomenal da auto-ajuda e da actividade de faça-você-mesmo” (TOFFLER, 2000:383)⁴, e, na aceção de que todos somos consumidores e produtores de informação, os serviços das instituições de memória podem ver aqui uma oportunidade de mudança.

As ferramentas colaborativas da Web 2.0 são na sua maioria gratuitas, de fácil edição, permitem maior visibilidade dos arquivos junto da sociedade e interagir com públicos que podem nunca entrar num edifício de arquivo. São instrumentos de verdadeira democratização ao acesso à informação, que utilizam a criatividade, a inteligência e o saber-fazer de um grande número de internautas na produção e comunicação da informação.

2.1. Facebook

O Facebook foi fundado em 2004 por Marl Zuckerberg e colegas da faculdade e destaca-se por ser uma rede social virtual onde pessoas individuais ou coletivas, públicas ou privadas, criam perfis ou páginas destinadas à comunicação e partilha de informação entre pessoas num contexto de interação social, ao mesmo tempo que permite partilhar informação a partir de outras redes sociais, assim como de outros tipos e de diferentes meios de comunicação social (SILVA, 2013:11; SILVA e ALVIM, 2016).

Em Portugal, a investigação sobre os arquivos municipais e a mediação da informação no Facebook é ainda incipiente, destacando-se os trabalhos de Silva (2013, 2014b), Silva e

⁴ Alvin Toffler dá como exemplos desta mudança civilizacional – do consumidor passivo ao prosumidor ativo – os testes de gravidez feitos em casa (TOFFLER, 2000:264-265) ou os sistemas de auto-serviço nas bombas de gasolina (TOFFLER, 2000:269).

Alvim (2016), apenas para a Área Metropolitana de Lisboa, Gabriel (2019), e para o período do confinamento provocado pela pandemia de COVID-19, Silva *et al.* (2023).

Em 2013, apenas 10 arquivos municipais portugueses (Albergaria-a-Velha, Cascais, Figueira da Foz, Guimarães, Mangualde, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Torres Novas, Valongo) tinham página no Facebook. Destes, destacavam-se o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, e o Arquivo Municipal Ponte de Lima como exemplos de boa utilização desta plataforma para publicidade dos novos instrumentos de pesquisa elaborados e para partilha da documentação/informação disponível nos respetivos catálogos *online*, das exposições virtuais e dos álbuns de fotografias existentes nos sítios de Internet de ambos os arquivos.

Em 2016, Silva e Alvim localizaram 14 arquivos municipais com página no Facebook; em 2020 eram 17 (SILVA *et al.*, 2023:245) e, em 2023, são já 18 os arquivos municipais com página ou perfil no Facebook (Alenquer, Arcos de Valdevez, Cascais, Coimbra, Guimarães, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Melgaço, Monção, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Torres Novas, Valongo, Santa Maria e Vila Real). A presença nesta rede social continua a ser utilizada principalmente para publicidade das atividades realizadas nos arquivos, para partilha de documentação/informação disponível nos respetivos catálogos *online*, mas cada vez mais para pedidos de colaboração e como forma de interação com os munícipes e os cidadãos em geral.

O Facebook é, sem dúvida, a rede social mais utilizada pelos arquivos municipais portugueses. No entanto, o seu sucesso depende da constante atualização dos conteúdos. Tal como em 2013, o que se verifica em 2023 é que os utilizadores desta rede social são vistos ainda como “consumidores de informação” e não como uma inteligência coletiva que pode ser aproveitada (SILVA, 2013:47). Mesmo os serviços de arquivo que têm presença no Facebook estão ainda longe dos conceitos Web 2.0 e de Arquivos 2.0 (SILVA, 2014b:103).

Os utilizadores podem “gostar” da página e dos conteúdos disponibilizados pelos arquivos municipais portugueses, podem partilhar e comentar os seus conteúdos, mas raras vezes são convidados a colaborar na sua descrição, indexação e identificação (SILVA, 2014b:111). Assim, a informação partilhada pelos arquivos municipais portugueses “parece não motivar a participação dos utilizadores” (SILVA e ALVIM, 2016).

Silva e Alvim (2016) pela “observação das atividades desenvolvidas pelos arquivos nesta rede social e a fraca adesão à mesma pela maioria dos arquivos” questionaram-se “sobre se esta plataforma é a mais adequada para a partilha e difusão de informação arquivística. Ou se a função de gestão da informação, enquanto serviço às edilidades, às autarquias, se sobrepõe ao serviço de comunicação e difusão da informação com os munícipes”.

Em 2023, com uma realidade não muito diferente relativamente a 2013, podemos questionar o mesmo. Se a falta de recursos humanos e materiais (GABRIEL, 2019) pode ajudar a explicar a fraca difusão de conteúdos nesta rede social, Silva *et al.* (2023) verificaram que seis arquivos municipais (Lisboa, Loulé, Loures, Penafiel, Ponto de Lima e Vila Real) conseguiram fazê-lo de uma forma expressiva, sendo, de uma forma geral, bastante proativos durante o encerramento, aumentando o número de publicações.

2.2. Blogues

Os blogues são plataformas ou espaços na Web onde se publicam conteúdos ordenados cronologicamente, de fácil e rápida atualização, como “diários virtuais” que possibilitam a partilha de texto, vídeo, imagens, ao mesmo tempo permitem a interação com os utilizadores através de comentários, colocação de *tags* ou etiquetas e partilha de conteúdos noutras plataformas sociais através de links (SILVA, 2013:10).

Em 2013, quatro arquivos municipais portugueses (Aveiro, Alenquer, Cadaval, Mirandela) tinham blogues, utilizados pela facilidade de edição (sem necessidade de auxílio de técnicos especialistas) e da possibilidade de articulação entre texto, imagens e *links*.

2.3. Instagram

O Instagram, lançado em 2010, é uma rede social virtual de partilha de fotografias e vídeos, que permite aplicar filtros digitais e partilhar os seus conteúdos noutras redes sociais, como o Facebook, o Twitter, o Tumblr e o Flickr.

Em 2023, existem 11 arquivos municipais no Instagram: Albufeira, Cascais, Coimbra, Guimarães, Leiria, Lisboa, Pombal, Oliveira do Hospital, Sesimbra, Valongo, Vila Real e a Rede Arquivos Algarve.

Os arquivos municipais presentes nesta rede social utilizam-na para partilhar fotografias, cartazes de eventos e atividades promovidas por estes serviços, os “Documentos do Mês” ou dos “Destaques do Mês”

2.4. Flickr

O Flickr é um sítio *web* de partilha de materiais gráficos (fotografias, desenhos e ilustrações) ou multimédia (vídeos). É uma rede social que permite aos utilizadores criar álbuns e organizar fotografias e vídeos, e ao mesmo tempo contactar com outros utilizadores em todo o mundo. O Flickr permite um alto nível de interatividade através da categorização por etiquetas (*tags*). Em parceria com a Library of Congress, lançou o projeto Commons, com o objetivo de congregar arquivos, bibliotecas e museus de todo o mundo, para “facultar ao público novos documentos e simultaneamente receber informação que permita a estas instituições enriquecer o conhecimento acerca das suas coleções” (GABRIEL, 2019:35).

Em 2013 apenas o arquivo municipal de Cascais tinha presença nesta rede social, que era utilizada para a descrição colaborativa de fotografias, num apelo direto à colaboração dos cidadãos.

Em 2023, ao arquivo municipal de Cascais, acrescem os arquivos municipais de Oliveira do Hospital, de Sesimbra e de Vagos, o que continua a ser uma presença escassa. Estes arquivos municipais usam esta plataforma para partilha de fotografias.

2.5. Twitter

O Twitter, lançado em 2006 e recentemente nomeado X porque adquirido por Elon Musk, é uma rede social que permite aos utilizadores enviar e receber atualizações pessoais de outros contactos em textos de 280 caracteres, por isso por vezes designado como o “SMS da Internet”.

Em 2013 apenas o arquivo municipal de Gaia estava nesta rede social. Em 2023 estão os arquivos municipais de Albufeira e Lisboa e a Rede de Arquivos do Algarve.

Como é óbvio, não é uma rede social utilizada pela generalidade dos arquivos municipais portugueses.

3. Arquivos municipais portugueses e projetos de colaboração

Em 2013, Silva, destacou o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) como um arquivo 2.0 “não só pela qualidade no nível de acesso à informação arquivística, mas porque usa a tecnologia participativa para difusão da sua documentação/informação aproveitando a página do Flickr para solicitar a colaboração dos utilizadores na recolha e identificação de fotografias” (SILVA, 2013:43).

Neste quadro recebiam também menção de destaque os arquivos municipais de Albufeira, Oliveira de Azeméis, Palmela, Trofa e Vale de Cambra pelas “iniciativas de recolha de documentos textuais e fotográficos, solicitando desta forma colaboração das populações” num espírito 2.0, no entanto, sem a “componente tecnológica” que o caracteriza (SILVA, 2013:44).

Em 2023 o panorama não é muito diferente.

Os arquivos municipais de Castro Marim, Lisboa, Loulé, Loures e Penafiel merecem destaque.

O Arquivo Municipal de Castro Marim, em 2019, deu início ao projeto “100 Memórias de Castro Marim”, com a solicitação à população da cedência de recordações pessoais e/ou familiares ao município,

“numa iniciativa que pretende desdobrar a consciência histórica do concelho, de modo a desenvolver esforços para a sua preservação e valorização. Esta ação foi inspirada na necessidade de fomentar e enriquecer um arquivo digital de valor cultural, e na importância da recolha de património material que contribua para dignificar a memória coletiva de Castro Marim. A preservação e catalogação desse espólio, resultará num arquivo digital que fornecerá às futuras gerações um conhecimento alargado sobre o nosso passado”⁵.

O objetivo é aumentar o património documental fotográfico do concelho com a recolha de fotografias, postais, imprensa e outra documentação junto da população e, ainda, de entidades públicas e privadas. O projeto inclui, ainda, “um levantamento radiográfico de manifestações de património imaterial do concelho junto dos artesãos detentores do conhecimento, como parte da herança cultural coletiva de Castro Marim”, para “evitar que a memória se perca definitivamente e que permita o seu conhecimento a gerações futuras”. Todo o material recolhido é disponibilizado através do AtoM do arquivo municipal.

⁵ O projeto das “100 Memórias de Castro Marim” é cofinanciado pelo Programa Interreg Espanha-Portugal 2014-2020, apoiado pela União Europeia, cofinanciado a 75% pelo FEDER, projeto 0131_FORTOURS_5_E, e conta com a colaboração de todas as juntas de freguesia e da comunidade. Disponível em: <https://100memorias.cm-castromarim.pt/site/conteudo/o-projeto>.

O Arquivo Municipal de Lisboa apela, de igual forma, à recolha de memórias: “No âmbito da sua missão e com o intuito de contribuir para a memória viva da cidade, o Arquivo Municipal de Lisboa não só guarda, trata e preserva as imagens em movimento que possui no seu acervo como também exerce uma política ativa na recolha e angariação de novos suportes fílmicos”⁶.

Em parceria com a Biblioteca Municipal de Alcântara desenvolve o projeto de recolha de testemunhos orais, “Histórias & Memórias de Alcântara”, “que tem como objetivos reconhecer e valorizar o contributo das coletividades e associações de cultura, recreio e desporto, na comunidade, compreender o associativismo popular enquanto redes de intervenção cívica e democrática e salvaguardar e valorizar a história e a cultura local, o património material e imaterial”⁷.

Durante o período de confinamento (18 de março a 2 de maio de 2020), o serviço educativo do Arquivo Municipal de Lisboa foi lançando desafios às crianças e aos jovens e a todos os cidadãos, no âmbito do primeiro festival ecovídeo de Lisboa (SILVA *et al.*, 2023).

O Arquivo Municipal de Loulé tem apostado fortemente na área educativa com rubricas como: “Vamos conhecer o arquivo municipal!”, “Vamos fazer uma árvore de família!”, “Vamos limpar um Documento!”, “Vamos pintar uma iluminura!”, “Vamos ser arquivistas!”, “Vamos descobrir marcas de água!”, “Dedo no Ar”, “A escola no arquivo” e “O Arquivo entre famílias”⁸.

Durante o confinamento ditado pela pandemia de COVID-19, foram criadas as rubricas “No Depósito do Arquivo Municipal”, “Loulé no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” e “O Arquivo peça a peça” (SILVA *et al.*, 2023).

O Arquivo Municipal de Oliveira do Hospital, por ocasião do Dia Internacional dos Arquivos (9 de junho) de 2020, inaugurou o projeto “OHArquiva'te” com o objetivo de conservar e preservar o acervo fotográfico e documental do vasto património do concelho de Oliveira do Hospital. Define-se como “um projeto aberto a toda a comunidade, possibilitando a interação e o despertar da memória dos nossos cidadãos. A ideia é criar um espaço interativo, acessível a todos quantos o queiram visitar e onde possam contribuir, se assim o desejarem através de doação (a) ou empréstimo (b) de imagens/documentação histórica, entre outros”⁹.

O Arquivo Municipal de Loures, durante a pandemia de COVID-19, lançou o repto à população para que cedesse património fotográfico ao arquivo.

O Arquivo Municipal de Penafiel, a 8 de maio de 2020, deu início ao projeto “Registar Penafiel” com o pedido aos penafidelenses para enviar fotografias que tenham tirado de “paisagens, monumentos, cantos e recantos, festas, romarias, tradições, entre outras, referentes ao concelho”, entre os anos de 2010 e 2020. O desafio tinha assim uma dupla intenção: dar a conhecer as imagens do concelho e “enriquecer o nosso espólio fotográfico

⁶ <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/servicos/recolha-de-memorias>

⁷ <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/servicos/recolha-de-memorias>

⁸ <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/1453/area-educativa.aspx>

⁹ <https://arquivomunicipaloh.wixsite.com/geral/oharquiva-te>

digital”. A iniciativa foi bem-sucedida, tendo sido produzidos 168 *posts* com as suas regras e disponibilização de fotografias enviadas (SILVA *et al.*, 2023). De tempos a tempos, lança o desafio de identificação de fotografias (lugares, monumentos e/ou pessoas).

O Arquivo Municipal de Santiago do Cacém, em 2018, iniciou o projeto “Imagens com História” cujo “objetivo é a criação de um grande álbum digital, que consubstancie a história das gentes e dos lugares do nosso município”. Para isso, pede-se a colaboração dos munícipes e das instituições, públicas e privadas, na cedência de fotografias para digitalizar para a utilização exclusiva em atividades culturais, de estudo e de investigação. A exposição “Lugares de Agora, Lugares de Outrora” foi a primeira ação pública do projeto¹⁰.

Pela análise dos projetos acima citados, verifica-se o aproximar de alguns arquivos municipais à sociedade e aos seus munícipes com pedidos, sobretudo, de cedência de imagens (fotografias ou vídeos) e a ajuda na sua identificação. Com iniciativas programadas e pensadas para envolver as populações, estes arquivos municipais vão gradualmente aceitando a participação de não profissionais na geração de conteúdos e no auxílio às descrições, ainda que de forma tímida.

Conclusões

Em 2013, Silva concluía que a maioria dos arquivos municipais portugueses não tinha presença na Internet, que existia uma baixa percentagem de IDD e de OD *online*, estávamos perante Arquivos 1.0, com fraco aproveitamento da inteligência coletiva, embora se apontasse para o importante número de arquivistas em serviços municipais.

Em 2023, pode concluir-se que a maioria dos arquivos municipais portugueses já tem presença na Internet, embora continue baixa a percentagem de IDD e OD *online*. Continua a perspetiva maioritária Arquivos 1.0, com exceções, e permanece um desaproveitamento generalizado da inteligência coletiva, pese embora o número importante de arquivistas em serviços municipais.

Referências bibliográficas

BARROS, L. M. S.

2011 *A Folksonomia como prática de classificação colaborativa para a recuperação da informação*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2011. [Consult. 23 mar. 2023]. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/737>.

Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAPURRO, R.

2014 Pasado, presente y futuro de la noción de información. *Logeion: Filosofia da Informação*. [Em linha] 1:1 (2014) 110-136. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2014v1n1.p110-136>.

¹⁰ <https://www.cm-santiagocacem.pt/autarquia/equipamentos-municipais/arquivo-municipal/>

FREITAS, C.; BORGES, M. M.

2017 Open Cultural Data entre a realidade e a utopia: o acesso aberto à informação nos arquivos municipais portugueses. In ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8º, Coimbra, 2017 - *Ciência aberta. o contributo da Ciência da Informação: atas*. [Em linha]. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017, p. 865-876. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/45734>

FREITAS, C.; BORGES, M. M.; REVEZ, J.

2017 Archives' call to Digital Humanities: a case study of Portuguese municipal archives. In TEEM 2017 - INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGICAL ECOSYSTEMS FOR ENHANCING MULTICULTURALITY, 5th, Cadiz, 2017 - *Proceedings...* Ed. Juan Manuel Doderó, María Soledad Ibarra Sáiz. [Em linha]. New York: Association for Computing Machinery, 2017, p. 1-5. [Consult. 28 out. 2023]. DOI: <https://doi.org/10.1145/3144826.3145383>.

FREITAS, C.; MARINHO, V.

2014 Arquivos municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 11º, Esposende, 2014 - *Arquivística e competitividade na administração local: ferramentas inovadoras para a gestão da informação: actas*. [Em linha]. Esposende: Câmara Municipal, 2014. [Consult. 18 fev. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064>

GABRIEL, G. G.

2019 *A Comunicação nos arquivos municipais: Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, 2019. [Em linha]. Lisboa, 2019. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/30437>.
Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GEJMAN, R.

2009 An Integrated framework for information, communication and knowledge definitions. *TripleC*. [Em linha]. 7:2 (2009) 386-398. [Consult. 18 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.31269/triplec.v7i2.103>.

LE COADIC, Y.-F.

1996 *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARIZ, J.

1992 Arquivos municipais: proposta de quadro de classificação. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 2º, Montemor-o-Novo, 1988 - *Actas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 1992, p. 143-154. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/124>.

MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2021 A Ilusão de uma sociedade da informação na Ciência da Informação: o termo sob a perspectiva crítica de Mattelart, Bauman e García Canclini. *Em Questão*. [Em linha]. 27:2 (2021) 294-322. [Consult. 18 fev. 2023]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102122>.

MORIN, E.

1996 *O Método. 3. Conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

MORIN, E.

1977 *O Método. 1. A natureza da Natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

PEIXOTO, A. M.

2002 Arquivos municipais: evolução e afirmação. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 2 (2002) 96-104. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em:

<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/869>.

PENTEADO, P.; HENRIQUES, C.

2008 A DGARQ na rota da qualificação dos arquivos municipais. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 9º, Évora, 2008 - *Novos desafios da Gestão Documental*. [Em linha]. 2008. [Consult. 19 fev. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/149>.

RIBEIRO, F.

1998 *O Acesso à informação nos arquivos*. [Em linha]. Porto, 1998. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/7058>.

Tese de doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, A. M.D. da

2013 *O Uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses*. [Em linha]. Lisboa, 2013. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/12014>.

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, A. M. D. da

2014a Arquivos municipais portugueses na Web: realidade virtual? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 1 (2014) 72-90. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasae/article/view/571/571>.

SILVA, A. M. D. da

2014b Arquivos municipais portugueses no Facebook: “Gosto!”. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 1 (2014) 103-114. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1049/pdf>.

SILVA, A. M. D. da

2021 *O Sistema de Informação Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: perspetiva sistémica e visão holística da informação*. [Em linha]. Coimbra, 2021. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/100364>.

Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, A. M. D. da; ALVIM, L.

2016 Acesso global à informação local: arquivos municipais portugueses no Facebook. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 12º, Castelo Branco, 2016 - *Atas* [Em linha]. 2016. Lisboa: BAD, 2016. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1568>.

SILVA, A. M. D. da; BORGES, L. C.; FREITAS, C.

2019 A Práxis da classificação nos arquivos municipais portugueses. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 13^o, Cascais, 2019 - *Atas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2019. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1976>

SILVA, A. M. D. da [et al.]

2023 O Acesso à informação dos arquivos municipais portugueses em tempos de pandemia COVID-19. In *Arquivos, democracia e justiça social*. Org. Mariana Lousada, Marcia Pazin, Paulo Elian. [Em linha]. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 242-252. [Consult. 28 out. 2023]. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf

TOFFLER, A.

2000 *A Terceira Vaga*. [S. l.]: Livros do Brasil, 2000.

Ana Margarida Dias da Silva | margaridadiasdasilva@gmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC-UC), Portugal